

DOSSIÊ

A sociologia das relações família-escola: reconfigurações sociais e novas perspectivas analíticas e metodológicas

Relações família-escola na contemporaneidade: novas configurações sociais e os desafios dos contextos educacionais em transformação

Contemporary family-school relationships: new social configurations and the challenges of changing educational contexts

*Las relaciones familia-escuela en la contemporaneidad:
nuevas configuraciones sociales y desafíos de los cambiantes
contextos educativos*

Maria Alice Nogueira^a
malicen@terra.com.br

Priscila de Oliveira Coutinho^a
prioliveiracoutinho@gmail.com

RESUMO

O inescapável vínculo social entre instituições escolares e famílias nem sempre foi objeto analítico privilegiado pela Sociologia da Educação. Somente a partir da década de 1950 a família foi amplamente considerada nas pesquisas da área, que se dedicaram a encontrar as causas sociais das disparidades de rendimento escolar. Posteriormente, em investigações realizadas nos anos 1960 e 1970, o campo sociológico avançou no entendimento dos fatores de classe que, transmitidos pela família, determinavam a conservação das estruturas sociais por serem mais ou menos congruentes com os princípios, práticas e atitudes requeridos pelo universo escolar e acadêmico. Se a relação família-escola tem sido objeto proeminente de estudos científicos desde a segunda metade do século XX, a eleição do tema como objeto de políticas públicas específicas tem ganhado terreno principalmente a partir dos anos 1990. No Brasil, desde o início dos anos 2000, a tão propalada “parceria entre a família e a escola” tem protagonizado diversos instrumentos normativos, incentivos estatais e investimentos privados. A temática ganhou ainda mais destaque nos últimos 20 anos, quando assistimos, em diferentes ambientes (acadêmicos, escolares e arenas políticas), à intensificação das discussões sobre as funções da escola, notadamente em relação aos papéis educativos da família. Acreditamos que este dossiê, ao apresentar perspectivas de análise e constructos metodológicos ainda pouco mobilizados pela pesquisa da área, assim como investigações sobre temas incipientes, oferece um conjunto de reflexões bastante fecundas para a compreensão das desigualdades educacionais, do dinamismo e diversidade das configurações familiares, e das transformações dos mercados escolares.

Palavras-chave: Relações Família-Escola. Sociologia da Educação. Configurações Familiares. Mercado Escolar.

^a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

ABSTRACT

The unavoidable social bond between school institutions and families has not always been a privileged object of analysis for the sociology of education. It was not until the 1950s that the family was widely considered in the field's research, which focused on finding the social causes of inequalities in school performance. Subsequent studies in the 1960s and 1970s witnessed a progression in the sociological understanding of the role of family in transmitting social structures, which were determined by class factors and the congruence of these structures with the principles, practices, and attitudes demanded by the school and academic environment. While the relationship between family and school has been a subject of scientific study since the mid-20th century, it has only recently become the focus of specific public policies, particularly in the 1990s. In Brazil, since the early 2000s, the much-vaunted "family-school partnership" has been the focus of various regulatory instruments, government incentives, and private investments. This issue has seen a marked rise in prominence over the past two decades, as evidenced by the intensification of discourse surrounding the functions of the school, particularly in regard to the educational contributions of the family. This dossier presents analytical perspectives and methodological constructs that have not yet been mobilized by research in the field, as well as investigations into topics that have not yet been studied. It offers a series of fruitful reflections for understanding educational inequalities, the dynamism and diversity of family configurations, and the transformations of school markets.

Keywords: Family-School Relationships. Sociology of Education. Family Configurations. School Market.

RESUMEN

El ineludible vínculo social entre las instituciones escolares y las familias no siempre ha sido el objeto de análisis preferido de la sociología de la educación. No fue hasta la década de 1950 cuando la familia se tuvo en cuenta ampliamente en las investigaciones del campo, que se dedicaban a encontrar las causas sociales de las disparidades en el rendimiento escolar. Posteriormente, en las investigaciones realizadas en las décadas de 1960 y 1970, el campo sociológico avanzó en la comprensión de los factores de clase que, transmitidos por la familia, determinaban la conservación de las estructuras sociales al ser más o menos congruentes con los principios, prácticas y actitudes exigidos por el mundo escolar y académico. Aunque la relación entre la familia y la escuela ha sido un tema destacado de estudio científico desde la segunda mitad del siglo XX, la cuestión se ha elegido como objeto de políticas públicas específicas principalmente a partir de los años 1990. En Brasil, desde principios de la década de 2000, la tan cacareada "asociación entre familia y escuela" ha sido objeto de diversos instrumentos normativos, incentivos estatales e inversiones privadas. El tema ha ganado aún más protagonismo en los últimos veinte años, cuando hemos visto, en diferentes ámbitos (académico, escolar y político), la intensificación de los debates sobre las funciones de la escuela, especialmente en relación con las funciones educativas de la familia. Creemos que este dossier, al presentar perspectivas de análisis y construcciones metodológicas que no han sido objeto de investigación en este campo, así como indagaciones sobre temas no estudiados anteriormente, ofrece un conjunto de reflexiones muy fructíferas para comprender las desigualdades educativas, el dinamismo y la diversidad de las configuraciones familiares y las transformaciones de los mercados escolares.

Palabras clave: Relaciones Familia-Escuela. Sociología de la Educación. Configuraciones Familiares. Mercado Escolar.

Introdução

O incontornável vínculo social entre as duas agências fundamentais de socialização na contemporaneidade, que são a escola e a família, foi tratado de modo variado pela Sociologia da Educação ao longo do desenvolvimento dessa disciplina científica. É bem verdade que esse processo

já vem sendo estudado por diversos pesquisadores do campo (Terrail, 1997; Van Zanten, 1998; Nogueira, 2005). Acreditamos, porém, que uma rápida recapitulação dos grandes traços dessa evolução temporal conferirá maior sentido aos textos que o leitor encontrará neste dossier.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que a Sociologia da Educação se constituiu como campo de pesquisa e ganhou cidadania científica nas décadas de 1950 e 1960, com os primeiros trabalhos de investigação empírica levados a cabo na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos da América (EUA), largamente financiados pelos governos desses países, com o objetivo de conhecer seus sistemas nacionais de ensino que passavam – no imediato pós-Segunda Guerra Mundial – por forte expansão em suas taxas de escolarização (Nogueira, 1990).

Dado seu caráter macroscópico e quantitativo, tais estudos foram posteriormente abarcados em uma corrente de pesquisa que passou a ser designada como “empirismo metodológico”. Produzidos pelas primeiras gerações de sociólogos, cujo principal interesse era desvendar as lógicas que regem os fenômenos da estratificação e da mobilidade sociais, esses estudos pioneiros colocavam seu foco na relação educação/classe social, com o objetivo de conhecer os fatores responsáveis pelas desigualdades de oportunidades escolares entre os diferentes grupos sociais. Seu pressuposto era o de que o meio sociofamiliar, por suas características sociais (renda, ocupação e escolaridade dos pais, local de moradia etc.) e demográficas (número de filhos, arranjo familiar etc.) representava um poderoso fator explicativo das disparidades educacionais, reiteradamente constatadas pelos dados estatísticos que coletavam¹.

Por meio de amplos levantamentos quantitativos que abrangiam largas parcelas da população desses países, os pesquisadores foram levados a constatar aquilo que se tornou (e se mantém até hoje) uma espécie de “lei de ferro” da Sociologia da Educação: as fortes e renitentes correlações estatísticas entre o desempenho escolar e o meio (social e familiar) de pertencimento do aluno. Ficava, assim, demonstrada a natureza social (isto é, não individual) das desigualdades diante da escola.

Seus resultados indicavam ainda que os fatores socioculturais do ambiente familiar (grau de instrução dos pais, hábitos linguísticos, clima familiar, atitudes e aspirações face ao mundo escolar) tinham um efeito maior sobre o rendimento escolar dos filhos do que a própria condição econômica da família. É nesse sentido que Jean-Claude Forquin (1995, p. 33) afirma que esses estudos “convergiam” para um “modelo culturalista”.

Posteriormente, uma nova geração de sociólogos – trabalhando no final da década de 1960 e nos anos 1970 – faz o campo sociológico avançar na investigação da influência dos atributos ligados à origem social sobre o destino escolar. Em um contexto teórico dominado pelo pensamento estruturalista e pelo paradigma da reprodução², os novos pesquisadores passarão a denunciar o caráter fragmentário e a natureza descritiva (pouco explicativa) dos dados produzidos pelo “empirismo metodológico”, para tentar elaborar uma teoria mais holística que pretendia dar conta

¹ Para um balanço detalhando desta corrente de pesquisa, ver Forquin (1995).

² Referimo-nos aqui ao paradigma da reprodução tanto em sua vertente marxista – com a obra de Baudelot e Establet (1971), na França, e a de Bowles e Gintis (1976), nos EUA –, quanto em sua vertente “culturalista”, com os célebres trabalhos de Bourdieu e Passeron (1964; 1970), na França.

da complexa relação entre os sistemas de ensino e as grandes estruturas sociais (a divisão social do trabalho, a concentração dos bens econômicos e culturais). Combatendo também a ideologia tida como “reformista” da geração anterior, os novos estudos não acreditavam no poder democratizador da escola e defendiam a tese de que seu funcionamento pleno trabalhava pela conservação (reprodução) das estruturas sociais, uma vez que a instituição escolar adotava – nos conteúdos transmitidos (currículo), nas práticas pedagógicas (avaliação/seleção), enfim, em seus modos de funcionamento – arbitrários culturais próprios das classes dominantes e fabricava, portanto, o fracasso escolar dos educandos oriundos das classes populares. Assim,

é a própria escola que é, em grande parte, responsável pelo fracasso escolar das crianças de meios populares porque veicula uma cultura e uma simbólica fundamentalmente estranhas à sua cultura, destruidoras de sua identidade, e que as desqualificam ao pretender “salvá-las” (Forquin, 1995, p. 47).

Como sabemos, essa perspectiva analítica encontra na obra de Bourdieu seu maior representante. Segundo as célebres palavras do sociólogo francês:

para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles, de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a dar sua sanção às *desigualdades iniciais* diante da cultura (Bourdieu, 1998, p. 53, grifo nosso).

Esses trabalhos – datados das décadas de 1960-1970 – que interrogaram o papel da escola na produção e/ou reprodução das desigualdades sociais têm um claro denominador comum. Se, por um lado, colocaram a família no centro da análise (já que se fala em “desigualdades iniciais”, isto é, trazidas do lar e pré-existentes à escola); por outro, a ação da família não foi jamais observada empiricamente, mas deduzida a partir de sua posição de classe. Sobre isso escreve Jean-Pierre Terrail (1997, p. 69-70):

se, portanto, as teorias da reprodução avançam a ideia de uma diferenciação na natureza das famílias segundo seu pertencimento de classe, elas permanecem ao nível do princípio: as famílias não são interrogadas por si mesmas nem por aquilo que fazem das determinações inerentes a seu pertencimento de classe. Não lhes é demandado mais, ao final das contas, do que personificar os diferentes meios sociais (que são aqui os verdadeiros sujeitos da vida social e da atividade escolar).

Portanto, nesses estudos, o funcionamento interno das famílias, em suas relações com o mundo escolar, não era examinado. A família permanecia como uma instituição abstrata, vista de fora e funcionando como mera correia de transmissão de sua classe social de origem.

É somente nos anos 1980 – na esteira de um movimento interno de reorientação da própria Sociologia da Educação³ – que se operará um deslocamento do olhar sociológico das macroestruturas em direção às microestruturas ou, em outros termos, às pequenas unidades de

³ Sobre isso, consultar Nogueira (1990) e Van Zanten (2007).

análise (o estabelecimento de ensino, a sala de aula, o currículo, as interações família-escola). Veremos, então, surgir um número significativo de trabalhos que

[...] convidam a ir ver de mais perto, em matéria escolar, o que se passa no âmbito das famílias. Trata-se, de um lado, de compreender a maneira como as condições de classe são transformadas em relações com a escola, em atividades escolares, e isso supõe que as formas da vida familiar sejam investigadas por si mesmas. Mas trata-se, também, uma vez reconhecida a variedade (ao menos relativa) dos destinos escolares possíveis para uma dada origem social, de identificar a variedade das formas de vida familiar susceptíveis de explicitá-la (Terrail, 1997, p. 70).

Em outros termos, essa nova conjuntura teórica levará os sociólogos a operarem uma mudança em sua escala de observação e a abrir a “caixa-preta familiar”, para decifrar o que se passa em seu interior. Isso significa que as pesquisas começam a levar em consideração os processos e as dinâmicas intrafamiliares, as práticas socializadoras e as estratégias educativas internas ao microcosmo familiar, no intento de conhecer melhor as cadeias de mediação que se interpõem entre o desempenho escolar dos filhos e a posição social dos pais.

Nesse sentido, a própria concepção de grupo familiar sofre uma inflexão. Sem ignorar o peso dos condicionantes externos, deixa-se de concebê-lo como mero reflexo da classe social, para enxergar nele “um sistema de ação, portador de um projeto autônomo e resultante de uma dinâmica normativa interna” (Boyer; Delclaux, 1995, p. 11). Desse modo, o funcionamento e as orientações familiares operariam como uma mediação entre, de um lado, a posição da família na estratificação social e, de outro, as aspirações e condutas educativas, e as relações com a escolaridade dos filhos.

É nesse quadro que tem origem um novo campo na Sociologia da Educação que se ocupa das trajetórias escolares dos indivíduos e das estratégias desenvolvidas pelas famílias no decorrer desses itinerários escolares e inaugura um novo referencial de análise. Agnès Van Zanten (1988, p. 188) sintetiza o movimento de renovação da problemática com as seguintes palavras:

para descrever a evolução das problemáticas relativas à relação que as famílias mantêm com a escola, podemos, através de um resumo simplificador, notar a transição de uma sociologia das desigualdades de educação, voltada para a análise dos determinismos sociais e culturais, para uma sociologia que se interessa igualmente – mas não necessariamente de modo exclusivo – pelas estratégias individuais face à escolarização.

Se a relação família-escola tem sido objeto proeminente de investigação, ainda que de variadas maneiras e com resultados mais ou menos explicativos, desde a segunda metade do século XX, a eleição do tema como objeto de políticas públicas específicas tem ganhado terreno principalmente a partir dos anos 1990. No Brasil, desde o início dos anos 2000, diversas iniciativas têm demonstrado que a tão propalada “parceria entre a família e a escola” é objeto de variados instrumentos normativos, incentivos estatais e investimentos privados.

Ao longo dos últimos anos, vivemos, nos mais diversos ambientes (acadêmicos, escolares e nas arenas políticas) a intensificação das discussões sobre as funções da escola, notadamente em relação aos papéis educativos da família, de que são prova movimentos como o Escola sem Partido e o debate, que chegou até o Supremo Tribunal Federal (STF), acerca do ensino domiciliar. Além disso, a pandemia de COVID-19 trouxe prejuízos profundos em termos de rendimento escolar e do

acirramento das desigualdades educacionais. Seus efeitos também engendraram a restruturação dos mercados escolares (com suas implicações cada vez mais complexas sobre o ato de escolha do estabelecimento de ensino para os filhos) e mudanças duráveis nas famílias e nas instituições educativas. Todas essas são questões que ainda precisam ser melhor examinadas e compreendidas.

De outro lado, a apresentação de novas perspectivas de análise e de construtos metodológicos ainda pouco mobilizados pela pesquisa da área, assim como a atenção a subtemas ainda insuficientemente explorados, a exemplo dos universos das escolas privadas e dos processos de escolarização dos grupos sociais mais favorecidos, poderão contribuir para o enriquecimento do campo de estudos e para o esclarecimento dos fatores e processos sociológicos que devem ser considerados no desenho e na execução de políticas públicas.

Por tudo isso, acreditamos que este dossiê poderá ser um espaço fecundo para reflexões acadêmicas que abordem as reconfigurações e especificidades da relação família-escola em nossa época, sempre em consideração aos diferentes estratos sociais e/ou à posição do estabelecimento de ensino no mercado escolar.

O artigo de abertura (e com chave de ouro!) é de autoria de Pedro Silva (da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria), pesquisador português e grande especialista no tema das relações escola-família que ele conjuga nesta ordem, como atesta o próprio título do texto “Por uma sociologia da relação escola-família”. O próprio autor o define como “um ensaio pessoal”, em que faz a defesa do emprego da expressão “*sociologia da relação escola-família*” para designar esse campo de estudos. Para justificar o emprego da expressão, ele argumenta que, nas últimas décadas, o grande corpus de publicações (em diferentes formatos), o surgimento e a institucionalização de diversos laboratórios e grupos de pesquisa, o elevado número de eventos acadêmicos e científicos sobre o tema, bem como a recorrência e consolidação de uma problemática específica de pesquisa, fundamentam e legitimam – social e teoricamente – a existência de um campo do conhecimento (e de uma “prática consolidada” de análise sociológica) que vem se ampliando e se fortalecendo progressivamente. Pedro Silva nos presenteia, portanto, com um trabalho de reflexividade sobre nosso fazer cotidiano de pesquisa que, justamente por ser contínuo e permanente, nem sempre abre espaço para uma interrogação sobre os próprios fundamentos epistemológicos de nossas práticas. Obrigada, Pedro!

Em seguida, temos dois textos que trazem interessantes reflexões metodológicas. O primeiro, “Desafios metodológicos nos estudos sobre a relação família-escola: como pesquisar um espaço íntimo”, elabora, com apoio em uma revisão bibliográfica do tipo narrativa, aprofundada reflexão sobre uma questão tão delicada quanto fundamental ao campo de estudos ao qual este dossiê se dedica: as exigências éticas e a adequação metodológica de investigações em ambientes domésticos. Essencial para capturar dinâmicas, temporalidades, linguagens e ordens normativas das famílias, o escrutínio do espaço de privacidade pode levar a desafios interacionais (relacionados à confiança mútua), contratuais (consentimento formal) e epistemológicos (combinação de diferentes elementos empíricos que sirvam de suporte à interpretação consistente de comportamentos, valores e atitudes). Discutindo a complexidade desse tipo de investigação, Cibele Noronha de Carvalho e Maria Amália Cunha apresentam os limites do uso da entrevista como ferramenta metodológica e também oferecem, por meio do exame de diferentes pesquisas, um inventário de estratégias

para mitigar tais limites, assim como para qualificar as investigações que articulam metodologias discursivas e observacionais. Dentre elas, estão o conhecimento do *ethos* familiar, o apoio de mediadores (os “informantes”, no vocabulário etnográfico), a utilização de ferramentas específicas na interação com crianças (sempre em atenção aos cuidados éticos, em particular na detecção do que é participação espontânea e o que é coerção dos adultos) e a “ritualização” das entradas do pesquisador na casa, de modo a mitigar o eventual incômodo da sua presença. As autoras dão provas, por fim, de que o reconhecimento das especificidades sociológicas dos espaços íntimos de diferentes grupos sociais determina não somente a interpretação dos resultados, mas a condição de possibilidade da pesquisa e seu modo de condução.

Seguindo a rota dos desafios metodológicos, temos o texto de Rosa Seleta Xavier e Mariane Koslinski. Ao constatarem o papel hegemônico desempenhado pela variável NSE (nível socioeconômico) da família como categoria largamente dominante dentre os fatores explicativos acionados pela Sociologia da Educação, as autoras do artigo “A pandemia e os vínculos entre famílias e escolas na Educação Infantil: uma proposta de análise para além do NSE” propõem que adicionemos a essa poderosa chave analítica, outra variável que consideram muito importante para o estudo das relações família-escola na Educação Infantil, a saber: o tipo de escola frequentada (pública, privada conveniada, privada não-conveniada) e seus diferentes padrões de ação, que decorrem tanto das lógicas de Estado quanto do mercado. Para isso, recorreram a dados empíricos resultantes de um estudo longitudinal mais abrangente desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais (LaPOpE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), antes e durante a pandemia de COVID-19, em duas cidades brasileiras, Sobral-CE (pré-escolas municipais) e Rio de Janeiro-RJ (pré-escolas privadas conveniadas e não-conveniadas), do qual foi extraída uma amostra de oito escolas em Sobral-CE e nove no Rio de Janeiro-RJ. O estudo foi realizado por meio de entrevistas com os professores das pré-escolas, acrescidas de registros de diário de campo feitos por uma das coordenadoras da pesquisa. Os dados obtidos descortinaram “práticas que exigiam mais do que o NSE para a sua compreensão”, uma vez que estabelecimentos de ensino que recebiam um público bastante homogêneo do ponto de vista do NSE – mas pertencentes a diferentes redes e tipos de escolas (por exemplo: escolas públicas e privadas-conveniadas) – apresentavam variações importantes nas interações entre pais e educadores. O artigo nos convida, portanto, a “enxergar para além da classe social” e nisso reside seu grande mérito e sua principal contribuição para pesquisas futuras.

Na sequência, apresentamos um segundo bloco de trabalhos que se debruçam sobre: 1) os impactos das reconfigurações sociais dos últimos anos e as diferentes dimensões das relações família-escola; e 2) temas ainda pouco presentes no campo de produção científico-acadêmica que aqui nos concerne.

O artigo intitulado “As relações família-escola nas novas configurações familiares: o protagonismo das avós cuidadoras na escolarização dos netos” traz uma novidade para o tema deste dossiê ao enfocar configurações familiares em que os avós constituem os principais responsáveis pela criação (e escolarização) da criança, o que alarga o alcance da investigação sociológica, usualmente restrita ao papel dos genitores. Sua relevância se ancora principalmente no fato de que a forte tendência demográfica de crescente elevação da expectativa de vida e da longevidade (em todos

os meios sociais), em conjunto com a forte diversificação dos arranjos familiares contemporâneos, torna relativo o protagonismo dos cuidadores tradicionais (os pais) e obriga o pesquisador a voltar sua atenção para o papel das gerações mais velhas no interior das dinâmicas das famílias contemporâneas. Tatiane Kelly Pinto de Carvalho, Rosa Maria da Exaltação Coutrim e Núbia Regina Moreira nos mostram que, mesmo em se tratando de idosos de baixa renda e baixa escolaridade, esses avós-cuidadores representaram – por meio de suas relações e interações cotidianas com as netas – um apoio intergeracional fundamental para o desenvolvimento de trajetórias escolares longevas que possibilitaram o ingresso no ensino superior.

O artigo “Escolas, famílias e instituições religiosas: tensões e resistências” aborda temática central à compreensão das fronteiras entre as famílias e as instituições de ensino num contexto de crescente diversidade cultural e religiosa. Fernando Seffner, Carin Klein e Juliana Ribeiro de Vargas colaboram, além disso, para o aprofundamento do debate sobre as políticas públicas da educação básica voltadas para as dimensões da convivência escolar e da relação família-escola. Valendo-se de notícias de cinco grandes portais gratuitos brasileiros, coletadas no intervalo de 2022 a 2024, os pesquisadores construíram um acervo do qual foram extraídos, para o artigo apresentado no dossiê, dois eixos temáticos de análise: o que envolve disputas em relação a festas escolares, e o que envolve disputas em torno da censura de livros que tratam de raça, gênero e sexualidade. O texto mostra como os agentes de tais disputas – famílias, políticos, professores e lideranças religiosas – procuram defender seus valores e modos de organização no processo de “governamento” de crianças e jovens. Ao problematizar a religião como prática cultural, “marcador social de diferença” e território político e valorativo, o texto colabora para o aprofundamento da discussão sobre a influência recíproca entre espaço doméstico e espaço público na contemporaneidade. Além disso, com base em interessantes e reveladores elementos empíricos analisados à luz da legislação educacional e do referencial foucaultiano, oferece recursos interpretativos para o crucial e intrincado tema da laicidade na Educação Pública brasileira.

A partir de uma pesquisa instigante e inovadora, Viviane Coelho Caldeira Ramos e Maurício Érnica, no texto “(...) Sermos bons alunos para sermos bons pais: a escolarização da parentalidade”, elaboram uma habilidosa análise do fenômeno que Phillip Brown nomeou de parentocracia. Para isso, examinam um conjunto de materiais (livros, revistas e perfis da rede social Instagram) voltados para os temas de parentalidade, formação parental, maternidade e infância. Os autores demonstram como a formação parental se constitui tanto como um “trabalho pedagógico consciente de mães/pais em si próprios” quanto como estratégia educativa de frações de elites letreadas. Quanto à relação desse público – formado majoritariamente por pais e mães brancas, heterossexuais, com filhos biológicos, neuro e fisicamente típicos e habitantes de áreas urbanas – com as escolas, os efeitos do discurso normativo para parentalidade têm mão dupla. Por um lado, o “currículo parental” analisado é semelhante ao currículo formal das escolas, o que pode colaborar para a adequação da socialização familiar às exigências cognitivas e comportamentais contemporâneas, sobretudo das escolas das elites. Por outro, o conhecimento parental adquirido funciona como trunfo para a apresentação das mais diversas demandas dirigidas às instituições educativas envolvidas na formação da prole.

Ao tratar de um assunto que tem interpelado vigorosamente a área da Educação, o artigo “A relação família-escola e a Educação Especial: alguns apontamentos” apresenta um revelador

cenário da relação entre famílias e escolas no processo de escolarização dos estudantes da Educação Especial. Sirleine Brandão de Souza o faz analisando dados de um levantamento no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre os anos 1980 e 2021. Após historicizar o processo de consolidação tanto do campo da Educação Especial quanto do discurso, nesse mesmo campo de saber, em defesa da inclusão escolar, a autora nos oferece uma série de rotas para pesquisas futuras sobre esse tema tão urgente quanto necessário. A mais importante delas aponta para a necessidade de pesquisas que avancem na caracterização sociológica das famílias e dos estabelecimentos de ensino. Assim, se a sociologia das relações família-escola já constituiu um corpus significativo de pesquisas que problematizam diferentes arranjos familiares e grupos sociais, de modo a relacioná-los com processos sociais ligados à escolha do estabelecimento de ensino, estratégias de escolarização, expectativas acerca dos resultados escolares e outros, o mesmo não tem ocorrido quando adentramos na área da Educação Especial. Neste artigo, portanto, há o convite para a construção de uma agenda de pesquisa na qual a articulação entre a sociologia das relações família-escola e os variados temas prementes da Educação Especial se faça de maneira mais efetiva.

O artigo “Participação das famílias na gestão educacional: o lugar dos pais-professores”, de Guilherme Alcantara e Tânia Resende, localiza-se no ainda restrito campo de estudos voltados à participação formal das famílias em órgãos dos sistemas de ensino. Embora amplamente defendida pela agenda pública, os contornos empíricos desse tipo de participação, notadamente aqueles relativos aos conflitos travados nesses espaços políticos de discussão e deliberação, ainda são pouco compreendidos. As reflexões presentes no artigo resultaram em uma pesquisa no âmbito do Conselho Municipal de Educação (CME) de Belo Horizonte-MG, cuja metodologia envolveu observação das reuniões e demais ações do conselho, aplicação de questionários, realização de entrevistas e conversas informais com os participantes. Um grupo de conflitos em particular chamou a atenção dos pesquisadores, aquele circunscrito às “relações entre os responsáveis que eram, também, profissionais da rede pública (*responsáveis-professores*) e os demais”. Esses últimos alegavam que os *responsáveis-professores* dispunham de recursos de poder que os colocavam em vantagens na apresentação e satisfação de demandas que beneficiavam mais os interesses da classe profissional docente do que os das famílias. A análise dos aspectos sociológicos que produzem esses conflitos demonstra que a defesa retórica da participação das famílias nas instâncias de gestão democrática do sistema de ensino muitas vezes esconde os obstáculos a serem superados para a sua efetivação.

O último texto deste segundo bloco, “Como nossos pais: atividades extraescolares e a transmissão da herança cultural”, se filia a um conjunto de estudos que vem sendo designado como *shadow education*, por tomar, como objeto de pesquisa, as atividades de formação que se dão fora da escola e à sua sombra, como cursos privados de idiomas, artes, esportes ou mesmo cursinhos de preparação para exames de ingresso em escolas ou cursos altamente seletivos. Tratando-se de objeto ainda muito pouco explorado no Brasil, embora de grande relevância para o conhecimento de nossas desigualdades escolares, é muito bem-vinda a iniciativa do autor, Fernando Vizotto Galvão, ao pautá-lo em nosso dossiê. Ele o faz por meio de uma investigação empírica que entrevistou, entre 2018 e 2021, um grupo de 13 jovens paulistanos, de 19 a 23 anos de idade e com perfis socioeconômicos distintos, em que solicitou que refletissem sobre suas experiências de formação

extraescolar desenvolvidas durante a infância e adolescência. O artigo parte do pressuposto de que a escola contemporânea “não é suficiente para garantir a transmissão da herança cultural”, porque pode contrariar tanto as trajetórias escolares cobiçadas pelos pais para seus filhos, quanto seus desejos no que tange aos valores e às práticas culturais que a família não abre mão de transmitir e que configuram seu estilo de vida. Nesse último ponto, reside a originalidade da abordagem. Enquanto a maioria dos estudos sobre a *shadow education* se preocupa com sua dimensão econômica, ou seja, com o mercado paraescolar (dados de oferta e da procura) e com a mercantilização crescente desses serviços, o pesquisador dirige seu olhar para o papel das atividades extraescolares nos processos de socialização intrafamiliar e de “compartilhamento de gostos e estilos de vida” entre pais e filhos. Mas ele o faz sem perder de vista sua função de preparação para a “competição pelas melhores posições escolares”, o que aumenta a distância entre aqueles que podem usufruir desses benefícios e os que não têm acesso a eles. Por fim, é também muito interessante sua tentativa de relacionar o tipo de atividade “escolhida” pelo jovem (e suas disposições em relação a ela) com seu perfil sociocultural, tentativa essa que acaba por reafirmar as teses bastante conhecidas que colocam o pragmatismo e a boa vontade cultural do lado dos desfavorecidos, e um certo diletantismo, do lado das classes superiores.

Um terceiro conjunto de artigos traz contribuições para dois temas clássicos – e estreitamente conectados – da Sociologia da Educação: as dinâmicas de transmissão doméstica dos capitais e as formas de ajustamento das trajetórias às propriedades sociais dos contextos escolares e acadêmicos frequentados.

Débora Cristina Piotto, no artigo “Trajetórias de sucesso escolar em meios populares: ruptura ou conformismo”, oferece um excelente panorama das pesquisas que, no campo dos estudos de trajetória, trabalham com a sociologia dos casos improváveis de sucesso escolar/acadêmico. A autora compara pesquisas pioneiras no campo da Sociologia da Educação com aquelas localizadas predominantemente no âmbito da Ciência Política, baseadas em metodologias quantitativas. Em tal esforço comparativo, assinala diferenças no que se refere ao tratamento analítico da relação entre os mundos de origem (família e ambientes a ela associados) e os de destino (escola, universidade e contextos correlatos). Nas investigações precursoras, as experiências de sucesso escolar e mobilidade social improváveis seriam compreendidas como ruptura, clivagem (é exemplar a noção bourdieusiana de *habitus* clivado), choque cultural. Dentre os efeitos das trajetórias assim entendidas, têm destaque o sofrimento pelo desenraizamento e o sentimento de inadequação nos contextos de destino. Nas investigações da segunda vertente, por outro lado, haveria uma tendência de enfatizar a identificação com o grupo de destino, de modo que o “superconformismo” ou a “aculturação” seriam o resultado da tensão entre os dois mundos. Uma vez caracterizadas essas duas perspectivas contrastantes, a pesquisadora propõe problematizá-las ao trazer reflexões oriundas de pesquisas empíricas dirigidas por ela mesma e por outros estudiosos do tema, a exemplo de Jules Naudet e Jean Yves Rochex. Tais investigações indicam “diferentes possibilidades de compreensão do sucesso escolar em meios populares”. O entendimento mais fino de tais possibilidades estaria no escrutínio aprofundado da questão que une essa miríade de perspectivas teóricas: a tensão entre os contextos de origem e de destino. Assim, é por meio da investigação dos processos de ajustamento aos dois mundos que a combinação de diferentes sentidos e vivências ganharia inteligibilidade. Por fim,

em benefício do avanço das pesquisas sobre sucesso escolar em meios populares, a pesquisadora defende um diálogo mais produtivo entre Psicologia e Sociologia da Educação.

O penúltimo texto da nossa coletânea é fruto de pesquisa que faz uso da abordagem multimétodos, com ênfase em acurada observação etnográfica. Ricardo Boklis Golbspan e Luís Armando Gandin, autores do texto “O tigre na jangada: exclusão e resistência na rotina de um aluno bolsista na escola privada”, nos entregam aqui uma observação fina dos mecanismos de exclusão experimentados, em sala de aula, por um aluno originário de meios populares que, graças a uma bolsa de estudos, cursa o Ensino Médio em colégio privado confessional de classe média-alta, situado em um grande centro urbano brasileiro. Na Sociologia da Educação brasileira, muito pouco sabemos sobre o universo educativo dos grupos sociais altamente favorecidos, em particular sobre seus processos de escolarização e, menos ainda, sobre o que ocorre quando alunos pertencentes a esses meios sociais entram em interação, em um mesmo estabelecimento de ensino, com pares cuja origem social se situa no oposto da escala social. Em um país em que a segregação escolar (mas também de moradia etc.) entre os grupos sociais é a regra, não é trivial o intento de fazer uma “radiografia da experiência escolar cotidiana de um ‘excluído do interior’” de uma escola privada de alta mensalidade, em um dos “sistemas escolares mais desiguais do mundo”. Ao fazê-lo, os autores descortinam o processo de isolamento e de baixa integração à turma, as atitudes de subserviência e docilidade cultural, e as incompreensões por parte de certos docentes. Evidenciam também como, a seu modo, o aluno bolsista reage ao processo de exclusão, que chega a levá-lo até mesmo ao adoecimento.

Para fechar este dossiê, tivemos a alegria de receber um instigante texto de Sara Lindberg, pesquisadora da Universidade de Estocolmo. A autora elabora uma preciosa análise das novas formas de diferenciação social das elites europeias por meio de uma investigação sobre a composição e a distribuição do capital internacional (qualificado como um tipo de capital cultural) entre os estudantes de pós-graduação do Colégio da Europa, sediado na cidade de Bruges, na Bélgica, e instituído por meio da Declaração da Conferência de Haia, em 1949. Considerada tanto uma escola de formação da elite administrativa europeia quanto um centro intelectual daquele continente, a instituição recebe, todos os anos, cerca de 350 estudantes de 50 nacionalidades. Por meio de pesquisa baseada em dados de perfis de 270 alunos (ano 2017-2018) no LinkedIn e em 27 entrevistas semiestruturadas, além de dados secundários coletados de outras investigações, Sara Lindberg descortina as diferentes dinâmicas de apropriação e reconversão do capital internacional. Por um lado, nas últimas décadas, a educação internacional se tornou mais acessível às classes médias e médias altas europeias; por outro, os benefícios derivados da experiência internacional dependerão da trajetória prévia (notadamente da frequentação de escolas nacionais ou internacionais) e da relação com outros capitais. A partir da análise das trajetórias dos estudantes pesquisados, a autora constrói três perfis: os “herdeiros de capital internacional”, para os quais a presença no Colégio da Europa funciona como uma estratégia de reprodução social; os aspirantes internacionais (maioria dos matriculados), que buscavam reconvertê seu capital acadêmico nacional em capital internacional certificado; e uma minoria de “alpinistas sociais internacionais” (cerca de 3%), estudantes com origem na classe trabalhadora que viam a instituição como oportunidade de mobilidade social ascendente. O

artigo nos brinda com relevantes matizes num tema crucial para a sociologia das relações família-escola: o peso das estratégias de investimento escolar para o sistema de estratégias de reprodução social.

Nós nos despedimos manifestando o nosso agradecimento pelo apoio de toda a equipe da *Educar em Revista*. Agradecemos também às autoras e aos autores que submeteram os seus textos a este dossiê. Desejamos que as produções aqui reunidas colaborem para novas pesquisas e que contribuam para o aprofundamento das reflexões sobre esse campo que tem consistentemente se afirmado como fundamental à compreensão das desigualdades educacionais, do dinamismo e diversidade das configurações familiares e das transformações dos mercados escolares.

Referências

- BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. *L'école capitaliste en France*. Paris: Maspero, 1971.
- BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Les hérétiques: les étudiants et la culture*. Paris: Minuit, 1964.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *La reproduction*. Paris: Minuit, 1970.
- BOYER, Régine; DELCLAUX, Monique. *Des familles face au collège*. Paris: INRP, 1995.
- BOWLES, Samuel; GINTIS, Herb. *Schooling in capitalist America*. New York: Basic Books, 1976.
- FORQUIN, Jean-Claude (Org.). *Sociologia da Educação: dez anos de pesquisa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A Sociologia da Educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. *Em Aberto*, n. 46, p. 48-59, 1990.
<https://doi.org/10.24109/2176-6673.emaberto.9i46.1774>
- NOGUEIRA, Maria Alice. A relação família-escola na contemporaneidade: fenômeno social/interrogações sociológicas. *Revista Análise Social*, v. 11, n. 176, p. 563-578, 2005.
- TERRAIL, Jean-Pierre. La sociologie des interactions famille-école. *Sociétés Contemporaines*, n. 25, p. 67-83, 1997.
- VAN ZANTEN, Agnès. Les familles face à l'école: rapports institutionnels et relations sociales. In: DURNING, Paul (Org.). *Education familiale: un panorama des recherches internationales*. Paris: MIRE/Matrice, 1988, p. 185-207.
- VAN ZANTEN, Agnès. Reflexividad y elección de la escuela por los padres de la clase media en Francia. *Revista de Antropología Social*, n. 16, p. 245-278, 2007. <https://www.redalyc.org/pdf/838/83811585009.pdf>

MARIA ALICE NOGUEIRA

Doutora em Educação, Universidade de Paris Descartes (Paris V), Paris, França. Professora aposentada, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

PRISCILA DE OLIVEIRA COUTINHO

Doutora em Sociologia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. Professora, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

NOGUEIRA, Maria Alice; COUTINHO, Priscila de Oliveira. Relações família-escola na contemporaneidade: novas configurações sociais e os desafios dos contextos educacionais em transformação. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 41, e98626, 2025. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.98626>

O presente artigo foi revisado por Elodia Honse Lebourg. Após ter sido diagramado foi submetido para validação do(s) autor(es) antes da publicação.

Recebido: 04/12/2024

Aprovado: 16/01/2025

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.

